



**Informações contábeis intermediárias individuais**

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - Telebras**

**Em 31 março de 2018**

## **Conteúdo**

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as Informações Contábeis Intermediárias – 1T18</b>	<b>2</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do Valor Adicionado</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>11 - 55</b>

## **Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias**

**Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da  
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS  
Brasília - DF**

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS (“Companhia”)**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de março de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Ênfases**

### **Tributos a Recuperar**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de março de 2018 é de R\$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011 e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014 e não são objetos de compensações por parte da Telebras. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

### **Investimentos**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia participa do capital social das coligadas Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49%, Cabos Brasil Europa S/A, com 35%. E Ellalink Spain S.A, com 35%. As demonstrações contábeis de 31 de março de 2018 destas coligadas foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no Passivo Não Circulante em 31 de março de 2018, o valor de R\$ 48.601 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

### **Recursos capitalizáveis**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 1.421.138 mil em 31 de março de 2018. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.331.522, autorizado pelo decreto presidencial s/nº de 19 de outubro de 2016. Ainda, de acordo com a Nota Explicativa nº 1.4, em 11 de janeiro de 2018, através da AGE 103, foi homologado o referido aumento de capital. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

## **Fase pré-operacional de projetos**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionando seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estão no foco das ações da Telebras, sendo: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais. A conclusão dos projetos em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, quer seja de seus acionistas ou de terceiros. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

## **Demonstrações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, individuais, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Outros Assuntos**

### **Valores Correspondentes**

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo em 31 de março de 2017, apresentado para fins de comparação, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de fevereiro de 2018 e 05 de maio de 2017 respectivamente, que não conteve qualquer modificação, mas conteve parágrafos de ênfases sobre os mesmos temas que estamos mantendo no presente relatório.

São Paulo, 04 de maio de 2018.  
MACIEL AUDITORES S/S  
1 CRC/RS 5.460/O-0 - T - SP  
LUCIANO GOMES DOS SANTOS  
1CRC RS – 59.628/O-2  
Sócio Responsável Técnico

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Balancos Patrimoniais**  
**Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	117.424	198.922	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	14	12.289	10.562
Contas a Receber de Clientes	5	50.494	32.965	Fornecedores	17	125.162	122.641
Tributos a Recuperar	6	103.061	97.013	Tributos Indiretos	18	15.501	14.008
Depósitos Judiciais	7	14.394	8.398	Empréstimos e Financiamentos	22	30.150	39.003
Dividendos a Receber	9	11.547	11.547	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	20.316	19.735
Aplicações Financeiras	10	2.180	2.015	Credores por Perdas Judiciais	20	17.080	14.851
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	8.1	4.914	5.607	Outras Obrigações	24	11.815	9.554
Outros Ativos Realizáveis	8.2	10.326	9.459	<b>Total do Circulante</b>		<b>232.313</b>	<b>230.354</b>
<b>Total do Circulante</b>		<b>314.340</b>	<b>365.926</b>				
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Aplicações Financeiras	10	56.329	55.572	Tributos Indiretos	18	434	434
Tributos a Recuperar	6	205.666	199.676	Empréstimos e Financiamentos	22	221.328	212.475
Depósitos Judiciais	7	31.860	32.017	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	29.927	29.052
Outros Ativos Realizáveis	8.2	38.285	164	Credores por Perdas Judiciais	20	315.368	316.247
		<b>332.140</b>	<b>287.429</b>	Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados	15	48.601	48.254
Investimentos	11	67.922	69.193	Credores Empresas de Telecom. Processos de Cisão		48.682	48.682
Imobilizado	12	2.732.050	2.683.307	Grupamento de Ações	16	13.139	13.097
Intangível	13	18.808	19.371	Receitas Recebidas Antecipadamente	23	607.209	607.209
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>3.150.920</b>	<b>3.059.300</b>	Recursos Capitalizáveis	21	1.421.138	1.329.601
				<b>Total do Não Circulante</b>		<b>2.705.826</b>	<b>2.605.051</b>
				<b>Patrimônio Líquido</b>	25		
				Capital Social		1.594.667	1.594.667
				Prejuízos Acumulados		(1.076.106)	(1.013.437)
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.671	8.702
				Ações em Tesouraria		(111)	(111)
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>527.121</b>	<b>589.821</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.465.260</b>	<b>3.425.226</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>3.465.260</b>	<b>3.425.226</b>

As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis Intermediárias

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstrações do Resultado**  
**Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	26	<b>30.558</b>	<b>16.370</b>
Custos dos Serviços Prestados	27	(62.762)	(47.914)
<b>Lucro Bruto</b>		<b><u>(32.204)</u></b>	<b><u>(31.544)</u></b>
<b>Receitas / (Despesas) Operacionais</b>		<b><u>(26.493)</u></b>	<b><u>(14.636)</u></b>
Comercialização dos Serviços	27	(7.445)	(4.198)
Despesas Gerais e Administrativas	27	(17.017)	(10.164)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	(1.239)	(599)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	28	(792)	325
Outras Receitas Operacionais		43	613
Outras Despesas Operacionais		(835)	(288)
<b>Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b><u>(58.697)</u></b>	<b><u>(46.180)</u></b>
<b>Resultado Financeiro</b>	29	<b><u>(3.972)</u></b>	<b><u>(15.995)</u></b>
Receitas Financeiras		2.495	2.971
Despesas Financeiras		(6.467)	(18.966)
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>		<b><u>(62.669)</u></b>	<b><u>(62.175)</u></b>
<b>Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:</b>	25.6		
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		(1,2633)	(1,2534)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		(1,2633)	(1,2534)

**As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis Intermediárias**

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**  
**Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(62.669)</b>	<b>(62.175)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(31)</b>	<b>(732)</b>
<b>Itens que poderão ser Reclassificados para o Resultado:</b>	<b>(31)</b>	<b>(732)</b>
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	(211)	(784)
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	165	52
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	15	-
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b><u>(62.700)</u></b>	<b><u>(62.907)</u></b>

**As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis Intermediárias**



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>263.145</u>	<u>(769.620)</u>	<u>6.483</u>	<u>(111)</u>	<u>(500.103)</u>
<b>Resultados Abrangentes Total:</b>	-	<b>(62.175)</b>	<b>(732)</b>	-	<b>(62.907)</b>
<b>Prejuízo do Período</b>	-	(62.175)	-	-	<b>(62.175)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes:</b>	-	-	<b>(732)</b>	-	<b>(732)</b>
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	(784)	-	<b>(784)</b>
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	52	-	<b>52</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<u>263.145</u>	<u>(831.795)</u>	<u>5.751</u>	<u>(111)</u>	<u>(563.010)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>1.594.667</u>	<u>(1.013.437)</u>	<u>8.702</u>	<u>(111)</u>	<u>589.821</u>
<b>Resultados Abrangentes Total:</b>	-	<b>(62.669)</b>	<b>(31)</b>	-	<b>(62.700)</b>
<b>Prejuízo do Período</b>	-	(62.669)	-	-	<b>(62.669)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes:</b>	-	-	<b>(31)</b>	-	<b>(31)</b>
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	(211)	-	<b>(211)</b>
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	165	-	<b>165</b>
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-	15	-	<b>15</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<u>1.594.667</u>	<u>(1.076.106)</u>	<u>8.671</u>	<u>(111)</u>	<u>527.121</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis Intermediárias

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto**  
**Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(62.669)</b>	<b>(62.175)</b>
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e Amortização	16.003	14.666
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	40	(12)
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	1.416	1.180
Equivalência Patrimonial	1.239	599
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	1.135	12.907
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	347	(2.445)
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	3.793	4.859
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(583)	(579)
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.185	110
	<u><b>24.575</b></u>	<u><b>31.285</b></u>
<b>Mutações Patrimoniais:</b>		
Contas a Receber de Clientes	(18.715)	(1.384)
Tributos a Recuperar	(12.038)	(6.219)
Depósitos Judiciais	(5.256)	(124)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	1.727	1.103
Fornecedores	37.423	7.198
Receita Recebida Antecipadamente	-	6.660
Outras Contas Ativas e Passivas	(33.759)	(581)
	<u><b>(30.618)</b></u>	<u><b>6.653</b></u>
<b>Caixa Proveniente das Atividades Operacionais</b>		
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(1.856)	(1.846)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(2.443)	(2.340)
	<u><b>(4.299)</b></u>	<u><b>(4.186)</b></u>
<b>Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais</b>	<u><b>(73.011)</b></u>	<u><b>(28.423)</b></u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(77.744)	(46.737)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(785)	-
<b>Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento</b>	<u><b>(78.529)</b></u>	<u><b>(46.737)</b></u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	70.000	46.495
Recebimento de Acionistas - Leilão de Fração de Grupamento de Ações	42	-
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento</b>	<u><b>70.042</b></u>	<u><b>46.495</b></u>
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<u><b>(81.498)</b></u>	<u><b>(28.665)</b></u>
<b>Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	117.424	254.070
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	198.922	282.735
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<u><b>(81.498)</b></u>	<u><b>(28.665)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis Intermediárias

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstrações do Valor Adicionado**  
**Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
<b>Receitas</b>	<b>44.392</b>	<b>26.608</b>
Prestação de Serviços	40.214	21.676
Outras Receitas	43	613
Construção de Ativo Próprio	5.320	4.429
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.185)	(110)
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(38.987)</b>	<b>(18.104)</b>
Custos dos Serviços Vendidos	(31.568)	(15.094)
Materiais	(461)	(38)
Serviços de Terceiros	(1.995)	(1.640)
Serviços Técnicos Administrativos	(4.681)	(1.142)
Perdas	(36)	-
Outras Despesas	(246)	(190)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>5.405</b>	<b>8.504</b>
<b>Retenções</b>	<b>(16.003)</b>	<b>(14.666)</b>
Depreciação	(15.440)	(14.112)
Amortização	(563)	(554)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>(10.598)</b>	<b>(6.162)</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>1.818</b>	<b>4.624</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.239)	(599)
Receitas Financeiras	1.282	3.451
Aluguéis	1.775	1.772
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>(8.780)</b>	<b>(1.538)</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>(8.780)</b>	<b>(1.538)</b>
<b>Empregados</b>	<b>20.080</b>	<b>14.644</b>
Remuneração Direta	12.209	10.519
FGTS	1.125	1.013
Benefícios Sociais	2.827	2.368
Outros Encargos Sociais	3.360	3.032
Programa de Indenização por Serviços Prestados	347	(2.445)
Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	212	157
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>14.656</b>	<b>10.418</b>
Federais	4.081	4.204
Estaduais	10.448	6.132
Municipais	127	82
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>19.153</b>	<b>35.575</b>
Remuneração do Capital de Terceiros	6.345	18.946
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	12.808	16.627
Seguros	-	2
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(62.669)</b>	<b>(62.175)</b>
Prejuízos do Exercício	(62.669)	(62.175)

As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis Intermediárias



## **1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS**

### **1.1 A Companhia e suas operações**

A Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Companhia ou Telebras”), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: [www.telebras.com.br](http://www.telebras.com.br), CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis (“Telebras” ou “Companhia”).

### **1.2 Lançamento e Controle do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC**

Em 4 de maio de 2017, foi realizado com sucesso o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. O lançamento ocorreu no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa.

O SGDC é um satélite geoestacionário de uso civil e militar, sendo até o momento o único satélite brasileiro que cobre 100% do território brasileiro em banda Ka. Fruto de uma parceria entre o MCTIC e o Ministério da Defesa, recebeu R\$ 2,7 bilhões em investimentos. Adquirido pela Telebras, tem uma banda Ka, que será utilizada para comunicações estratégicas do governo e implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) – especialmente em áreas remotas –, e uma banda X, que corresponde a 30% do investimento total do projeto, de uso exclusivo das Forças Armadas.

Em 30 de junho de 2017, a Telebras assumiu o controle total do satélite, com a operacionalização acontecendo tanto da sede da empresa, como dos Centros de Operações Espaciais do Satélite Geoestacionário, COPE – P e COPE-S, situados em Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente.

As Forças Armadas iniciarão suas atividades operacionais em banda X a partir de maio deste ano. A Telebras iniciou a implantação dos equipamentos de banda base das estações de acesso em banda Ka e já iniciou a operação comercial no dia 02 de abril em parte do território brasileiro. Em setembro deste ano, o serviço em banda Ka poderá ser prestado em todo território nacional.

### **1.3 Contrato com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Programa GESAC**

Em 13 de dezembro de 2017, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – (MCTIC) assinou contrato com a TELEBRAS para prestação de serviços em regime continuado de transmissão bidirecional de dados, em âmbito nacional para atendimento do Programa GESAC.

O prazo do contrato é de 60 (sessenta) meses com início em 13 de dezembro de 2017 e encerramento em 13 de dezembro de 2022 e o valor total contratado é de R\$ 663.575. Do total do contrato, o MCTIC realizou a antecipação de R\$ 60.000, que servirá como garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC.



O objetivo principal, para o primeiro ano de contrato, é conectar milhares de escolas rurais, o que beneficiaria cerca de três milhões de alunos, além das Unidades de Fronteira do Exército, Unidades Básicas de Saúde em localidades rurais, quilombolas e mais de 200 aldeias indígenas.

O programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite - a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. O programa é coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil, que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação

#### **1.4 Homologação do aumento de capital da Telebras**

Em 11 de janeiro de 2018, foi realizada a 103ª Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi homologado do aumento de capital da Telebras de R\$ 263.145 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e quarenta e cinco mil, onze reais e oitenta e dois centavos) para R\$ 1.594.667 (um bilhão, quinhentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais), aprovado na 101ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2017, com a emissão de 37.761.220 novas ações, sendo 29.528.808 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e oito) ações ordinárias (ON) e 8.232.412 (oito milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e doze) ações preferenciais (PN), todas sem valor nominal.

#### **1.5 Contrato estratégico para uso comercial da capacidade do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC – Telebras e Viasat**

A Telebras, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), tem sua parcela de responsabilidade pública na implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), bem como os Programas do Governo Brasileiro, como o Gesac (Eletrônico Governo - Serviço de Atendimento ao Cidadão), Educação Conectada e Internet para Todos. A Telebras é proprietária do SGDC 1 – o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - o maior satélite HTS (High Throughput Satellite) com cobertura em todo o território brasileiro e áreas costeiras, com aproximadamente 58 Gbps, o que representa sozinho a soma da capacidade de todos os satélites atualmente cobrindo o Brasil. A Viasat é uma das maiores operadoras de satélites do mundo, com vasta experiência e liderança neste mercado. Com sede na cidade de Carlsbad, Califórnia, EUA, a Companhia oferece serviços de banda larga residencial, empresarial e governamental, usando seus próprios satélites.

O contrato de parceria Telebras-Viasat compreende serviços e equipamentos fornecidos pela Viasat e o uso de 100% da capacidade da banda Ka do SGDC-1, operado pela Telebras, oferecendo acesso à banda larga de qualidade em todo o Brasil. A colaboração permitirá que a Telebras desempenhe seu papel na implementação de políticas públicas, aumentando a sua eficiência tecnológica para promover a integração social e o desenvolvimento econômico no País, assegurando conectividade de banda larga rápida e acessível a todos os brasileiros, onde quer que estejam. A colaboração combinará o uso da capacidade da banda Ka do SGDC-1 com comprovada implantação de rede terrestre e de infraestrutura da Viasat e a habilidade única recentemente registrada da Viasat para oferecer serviços de banda larga acessíveis e escaláveis para comunidades onde o serviço de internet tem sido historicamente carente, ou não disponível.



Além disso, nos termos do contrato, a Viasat alavancará a rede satelital do SGDC-1 para explorar serviços de satélite para mercados empresariais e de aviação, além de lançar WiFi Hotspots e serviços residenciais habilitados via satélite para comunidades do Brasil que carecem de alta qualidade de serviços acessíveis de internet. A cooperação estratégica da Telebras-Viasat proporcionará maior competitividade ao mercado brasileiro de internet de banda larga, via satélite, à medida que a Viasat antecipa sua entrada no Brasil, gerando uma maior oferta de serviços, produtos e preços em qualquer região do País.

O modelo de contrato adotado pela Telebras atende às premissas definidas pela diretoria executiva da Companhia, aprovadas em seu Plano de Negócios. De acordo com a base jurídica, o contrato estratégico entre empresas visa explorar uma oportunidade de negócio associada à singularidade do parceiro estratégico, que é permitido pela legislação brasileira que rege as empresas estatais (Lei nº 13.303/2016, art. 28, parágrafo 3, inciso II e parágrafo 4), através de esforços conjuntos, obrigações recíprocas, completando benefícios econômicos para todas as partes, compartilhando receitas.

Os termos específicos do contrato não foram tornados públicos; no entanto, o arranjo foi fundamentado em um modelo bem sucedido de compartilhamento de receita, no qual a Telebras espera que oportunidades de mercado recém-habilitadas possam gerar mais de US \$ 1 bilhão em receitas para a empresa nos próximos 10 anos.

### **Disponibilidade dos equipamentos**

Os equipamentos da Viasat começaram a ser enviados para o Brasil em fevereiro de 2018. O serviço inicial deverá começar em abril de 2018.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

### **2.1 Base de preparação**

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2018 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com os IFRS, bem como estão alinhados com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1), que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, arquivadas em 23 de março de 2018 na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 31 de março de 2018 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2017.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 8 de maio de 2018.



## **2.2 Moeda funcional**

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das informações contábeis intermediárias, é o Real (R\$).

## **2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, acima mencionadas. No trimestre findo em 31 de março de 2018, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas e coligadas.

## **3. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

### **3.1. Fatores de risco**

A Administração da Companhia tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas realizadas pela Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

#### **3.1.1. Gestão de capital**

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.



### **3.1.2. Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

#### **3.1.2.1. Inadimplência das contas a receber de clientes**

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: notificações de débito e de cobrança; política de negociação de débitos; interrupção dos serviços e negativação do cliente; inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN; e cobrança Judicial.

#### **3.1.2.2. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros**

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é administrado pela Diretoria da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente, devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

#### **3.1.3. Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Dado isso, possíveis reduções são detectadas com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:





	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Passivos Financeiros não Derivativos</b>					
Fornecedores	125.162	125.162	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	251.478	30.150	67.872	101.808	51.648
Acordo Judicial FUNCEF	59.793	3.883	10.254	12.306	33.350
Acordo Judicial PREVI	137.106	13.297	21.094	31.641	71.074
<b>Total</b>	<b>573.539</b>	<b>172.492</b>	<b>99.220</b>	<b>145.755</b>	<b>156.072</b>

### 3.1.4. Risco de mercado

#### 3.1.4.1. Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros fazendo, com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações contábeis sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros - Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

#### 3.1.5. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia vem trabalhando para ampliar e melhorar a infraestrutura de rede de fibras ópticas (*Backbone*) do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), a fim de atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua área de atuação, bem como sua carteira de clientes corporativos. Além do PNBL, a Telebras vem trabalhando fortemente nos preparativos para entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que teve seu lançamento em 4 de maio de 2017 e que já se encontra em seu posicionamento orbital final e sobre o controle total da Telebras. Outro projeto de grande importância é o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais, que irá interligar a América do Sul à Europa com a transmissão de dados entre os dois continentes, que atualmente depende dos Estados Unidos da América.



Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à Telebras o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

### 3.2. Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – (IFRS 7 - IASB), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Perdas Judiciais, pois quanto aos demais, a Administração entende que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras, como exposto nos itens acima.

Desta forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2019, o INPC será de 3,90% conforme estimativa retirada do Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da Inflação	Indexador	Valor Contábil	Cenários Projetados – 31/03/2019		
			Provável	Possível 25%	Remoto 50%
			3,90%	4,88%	5,85%
<b>Credores por Acordos Judiciais</b>					
PREVI	INPC	137.106	142.453	143.790	145.127
FUNCEF	INPC	59.793	62.125	62.708	63.291
<b>Passivo Exposto</b>		<b>196.899</b>	<b>204.578</b>	<b>206.498</b>	<b>208.418</b>
<b>Efeito da Variação do INPC</b>			<b>(7.679)</b>	<b>(9.599)</b>	<b>(11.519)</b>

### 3.3. Instrumentos financeiros

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 5), Aplicações financeiras (Nota Explicativa 10), Dividendos a receber (Nota Explicativa 9), Fornecedores (Nota Explicativa 16), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 21) e Credores por Acordo Judiciais (Nota Explicativa 19), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.



### **3.3.1. Classificação**

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto.

### **3.3.2. Ativos financeiros: classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Telebras se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### **3.3.2.1. Custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de Contas a Receber de Clientes (Nota Explicativa 5), Dividendos a Receber (Nota Explicativa 9) e Aplicações Financeira – Garantia (Nota Explicativa 10). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido.

#### **3.3.2.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.



Essa categoria é composta pelo saldo de Aplicações Financeiras representadas por Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 10). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

### **3.3.3. Estimativa do valor justo**

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e sua controlada.

#### **3.3.3.1. Hierarquia do valor justo**

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*non-performance risk*"), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "*input*" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "*inputs*" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os "*inputs*" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "*inputs*" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "*inputs*" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "*inputs*" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "*inputs*" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/03/2018		31/12/2017	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>						
Equivalentes de Caixa	VJR (i)	Nível 2	117.232	117.232	198.113	198.113
Caixa e Bancos	VJR (i)	Nível 1	192	192	809	809
<b>Custo Amortizado</b>						
Contas a Receber	Custo Amortizado		50.494	50.494	32.965	32.965
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		11.547	11.547	11.547	11.547
Aplicações Financeiras - Garantia	Custo Amortizado		56.329	56.329	55.572	55.572
<b>Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes</b>						
Aplicações Financeiras (Ações)	VJORA (ii)	Nível 1	2.180	2.180	2.015	2.015
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo Amortizado</b>						
Fornecedores	Custo Amortizado		125.162	125.162	122.641	121.974
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		251.478	251.478	251.478	251.478
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		333.447	333.447	331.098	331.098

(i) VJR – Valor justo por meio do resultado

(ii) VJORA – Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e Banco Conta Movimento	192	809
Aplicações Financeiras	117.232	198.113
<b>Total</b>	<b>117.424</b>	<b>198.922</b>

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF EXTRA COMUM.

Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da empresa, e têm remunerações atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração média dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 9,41%.



## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/03/2018	31/12/2017
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)	22.437	22.437
Serviço de Comunicação e Multimídia	54.768	36.053
<b>Total a Receber Bruto</b>	<b>77.205</b>	<b>58.490</b>
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(26.711)	(25.525)
<b>Total a Receber Líquido</b>	<b>50.494</b>	<b>32.965</b>

i) Trata-se de contas a receber referente ao contrato celebrado entre a Telebras Copa S.A (Incorporada) e o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia. Este valor foi incorporado ao patrimônio da Telebras após a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras. Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia incluiu o valor deste Contas a Receber na estimativa de perdas com crédito de liquidação duvidosa, por entender que não há certeza razoável quanto ao recebimento deste valor.

### 5.1. Valores a receber por idade de vencimento

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
<b>A vencer</b>	<b>34.449</b>	<b>14.580</b>
<b>Vencidos</b>	<b>42.756</b>	<b>43.910</b>
Até 30 dias	3.527	9.877
31 a 60 dias	5.305	2.633
61 a 90 dias	1.697	696
91 a 120 dias	688	732
121 a 150 dias	1.008	311
151 a 180 dias	362	381
Acima de 180 dias	30.169	29.280
<b>Contas a Receber - Bruto</b>	<b>77.205</b>	<b>58.490</b>
<b>Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(26.711)</b>	<b>(25.525)</b>
<b>Contas a Receber - Líquido</b>	<b>50.494</b>	<b>32.965</b>

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía valores a receber de Entidades Governamentais representativas do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

### 5.2. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das perdas prováveis que possam ocorrer na cobrança dos créditos decorrentes do serviço de comunicação e multimídia, bem como da receita de alugueis e locações, que compõem a atividade principal da Companhia. A base para sua constituição tem os seguintes parâmetros: (i) contas a receber vencidas a 150 dias ou mais e que possuam valor menor ou igual a R\$ 5.000,00 (Reais) e (ii) contas a receber vencidas a 330 dias ou mais e que possuam valor maior que R\$ 5.000,00 (Reais), desde que cumpridas todas as cobranças administrativas.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A composição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa com o critério de constituição é apresentada a seguir:

<b>Vencimentos:</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Faixa de 150 dias (i)	584	504
Faixa de 330 dias (ii)	26.127	25.021
<b>Total</b>	<b>26.711</b>	<b>25.525</b>

Em 31 de março de 2018, a Companhia tinha reconhecido perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 26.711 (R\$ 25.525 em 31 de dezembro de 2017). A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa no trimestre findo em 31 de março de 2018 é apresentada no quadro a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(991)</b>
Adições (i)	(24.690)
Reversão de Provisão	156
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(25.525)</b>
Adições	(1.196)
Reversão de Provisão	10
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>(26.711)</b>

(i) O aumento nas adições no exercício de 2017 é explicado pela constituição de perda sobre o Contas a Receber do contrato nº 10/2013-MC no montante de R\$ 22.437, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e que teve parte do seu valor glosado pelo Ministério das Comunicações. (Nota Explicativa 5(i)).

## 6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar (i)	153.449	158.611
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio – JSCP	22.543	22.543
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	5.005	6.849
PIS	5.053	5.003
COFINS	23.235	23.007
FUST	19	19
FUNTELL	24	24
<b>Tributos Federais:</b>	<b>209.328</b>	<b>216.056</b>
ICMS a Recuperar	99.399	80.633
<b>Tributos Estaduais:</b>	<b>99.399</b>	<b>80.633</b>
<b>Total</b>	<b>308.727</b>	<b>296.689</b>
<b>Circulante</b>	<b>103.061</b>	<b>97.013</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>205.666</b>	<b>199.676</b>

i) Representa o montante do Imposto de Renda a recuperar/compensar por pagamentos realizados a maior ou indevidos, retenções de órgãos públicos e retenções na fonte sobre aplicações financeiras.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Parte destes créditos inclui direitos creditícios cedidos à empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., no valor de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2017), que faz parte do acordo firmado entre a Telebras e a VTUM e constaram de Termo de Transações e Outras Avenças. Estes créditos encontram-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº. 202/2011-A de 8 de abril de 2011 (Nota Explicativa 20.3.1) e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014 e não são objetos de compensações por parte da Telebras.

**6.1. Movimento do período**

Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Ocorrências no Período						Saldo em 31 de março de 2018
		Ingressos		Transferências	Compensações de Pagamentos	Pagamentos a Maior / Indevidos	Atualização Monetária	
		Adições	Retenções					
Pagamento a maior ou Indevido	98.832	-	-	-	-	-	-	98.832
Retenções de Órgãos Públicos	6.014	-	556	(6.014)	-	-	-	556
Retenções sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	8.971	-	750	(8.790)	-	-	-	931
Retenção sobre Juros sobre Capital Próprio	22.550	-	-	(7)	-	-	-	22.543
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	44.788	-	-	14.811	(7.322)	-	854	53.130
Prejuízos Fiscais a Recuperar	135.547	-	-	-	-	-	-	135.547
Diferenças Temporárias	36.715	-	-	-	-	-	-	36.715
Provisão para Perdas - Prejuízos Fiscais e Diferenças Temporárias	(172.263)	-	-	-	-	-	-	(172.263)
<b>Subtotal - Imposto de Renda</b>	<b>181.154</b>	<b>-</b>	<b>1.306</b>	<b>0</b>	<b>(7.322)</b>	<b>-</b>	<b>854</b>	<b>175.992</b>
Pagamento a maior ou Indevido	327	-	-	-	-	-	-	327
Retenções de Órgãos Públicos	1.253	-	116	(1.253)	-	-	-	116
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	5.268	-	-	1.253	(2.054)	-	95	4.562
Base Negativa de CSLL	48.797	-	-	-	-	-	-	48.797
Diferenças Temporárias	13.218	-	-	-	-	-	-	13.218
Provisão para Perdas - Base Negativa CSLL e Diferenças Temporárias	(62.015)	-	-	-	-	-	-	(62.015)
<b>Subtotal - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido</b>	<b>6.848</b>	<b>-</b>	<b>116</b>	<b>-</b>	<b>(2.054)</b>	<b>-</b>	<b>95</b>	<b>5.005</b>
Retenções de Órgãos Públicos	5.003	-	39	-	(56)	-	67	5.053
<b>Subtotal - PIS</b>	<b>5.003</b>	<b>-</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>(56)</b>	<b>-</b>	<b>67</b>	<b>5.053</b>
Retenções de Órgãos Públicos	23.007	-	184	-	(261)	-	306	23.236
<b>Subtotal - COFINS</b>	<b>23.007</b>	<b>-</b>	<b>184</b>	<b>-</b>	<b>(261)</b>	<b>-</b>	<b>306</b>	<b>23.236</b>
Pagamento a maior ou Indevido	19	-	-	-	-	-	-	19
<b>Subtotal - FUST</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19</b>
Pagamento a maior ou Indevido	24	-	-	-	-	-	-	24
<b>Subtotal - FUNTELE</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24</b>
Pagamento a maior ou Indevido	254	-	-	-	-	3	-	257
Pagamento Antecipado	66	-	-	-	-	-	-	66
Créditos sobre Compras - Serviços de Telecom	957	14.572	-	-	(1.799)	-	-	13.730
Sobre Aquisições do Imobilizado	79.289	5.990	-	-	-	-	-	85.279
Outras - Operações	68	-	-	-	-	-	-	68
<b>Subtotal - ICMS</b>	<b>80.633</b>	<b>20.562</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.799)</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>99.399</b>
<b>TOTAL</b>	<b>296.688</b>	<b>20.562</b>	<b>1.645</b>	<b>0</b>	<b>(11.492)</b>	<b>3</b>	<b>1.322</b>	<b>308.727</b>

**6.2. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31/03/2018		31/03/2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Resultado contábil antes do IR e da CS</b>	<b>(62.669)</b>	<b>(62.669)</b>	<b>(62.175)</b>	<b>(62.175)</b>
<b>Adições/(Exclusões) Permanentes:</b>	<b>1.602</b>	<b>1.602</b>	<b>(6.279)</b>	<b>(6.279)</b>
<b>Adições permanentes</b>	<b>1.602</b>	<b>1.602</b>	<b>713</b>	<b>713</b>
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	1.239	1.239	599	599
Outras Adições	363	363	114	114
<b>Exclusões permanentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.992)</b>	<b>(6.992)</b>
Rever. de Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-	-	(6.900)	(6.900)
Outras Exclusões	-	-	(92)	(92)
<b>Adições/(Exclusões) Temporárias:</b>	<b>27.006</b>	<b>27.006</b>	<b>214</b>	<b>214</b>
<b>Adições temporárias:</b>	<b>27.016</b>	<b>27.016</b>	<b>242</b>	<b>242</b>
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	40	40	1.180	1.180
Provisão p/ Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	347	347	(2.445)	(2.445)
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	1.195	1.195	137	137
Provisões - Custos/Despesas	24.018	24.018	1.370	1.370
Outras Adições	1.416	1.416	-	-
<b>Exclusões temporárias:</b>	<b>(10)</b>	<b>(10)</b>	<b>(28)</b>	<b>(28)</b>
Outras Exclusões	(10)	(10)	(28)	(28)
<b>Base de Cálculo Negativa</b>	<b>(34.061)</b>	<b>(34.061)</b>	<b>(68.240)</b>	<b>(68.240)</b>

### 6.3. Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, até que a Companhia passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 31 de março de 2018 e de 31 de dezembro de 2017:

	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	53.031	53.021	18.610	18.606
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	6.678	6.381	2.404	2.297
Prov. p/ Prog. De Indenização por Serviços Prestados	27.282	27.195	9.432	9.401
Prejuízo fiscal/base negativa	256.572	256.572	92.366	92.366
<b>Total</b>	<b>343.563</b>	<b>343.169</b>	<b>122.812</b>	<b>122.670</b>

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

Natureza	31/03/2018			31/12/2017		
	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	9.734	32.932	42.665	3.698	32.443	36.141
Trabalhista	1.790	341	2.131	2.537	326	2.863

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Natureza	31/03/2018			31/12/2017		
	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
Tributária	39	1.419	1.458	38	1.373	1.411
<b>Total</b>	<b>11.562</b>	<b>34.692</b>	<b>46.254</b>	<b>6.273</b>	<b>34.142</b>	<b>40.415</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.012</b>	<b>4.382</b>	<b>14.394</b>	<b>4.081</b>	<b>4.317</b>	<b>8.398</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.550</b>	<b>30.310</b>	<b>31.860</b>	<b>2.192</b>	<b>29.825</b>	<b>32.017</b>

**7.1. Movimento dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.273</b>
Adições	6.021
Baixas	(794)
Atualização Monetária	62
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>11.563</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.012</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.550</b>

**7.2. Movimento dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>34.142</b>
Adições	35
Atualização Monetária	515
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>34.692</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.382</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>30.310</b>

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a TELEBRAS figura como ré ou autora.

**8. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS****8.1. Valores a receber de colaboradores cedidos**

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e a outros Órgãos Governamentais. Os valores a receber referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13<sup>o</sup> salários.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os valores a receber referentes à cessão de Colaboradores da TELEBRAS às entidades governamentais estão apresentadas no quadro a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	1.029	2.337
Órgãos Governamentais	3.885	3.270
<b>Total</b>	<b>4.914</b>	<b>5.607</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.914</b>	<b>5.607</b>



## 8.2. Outros valores realizáveis

	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamento a Fornecedores de Operação e Manutenção	39.626	2.107
Cauções e Retenções	6.902	6.649
Adiantamento a Empregados	1.298	703
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	785	164
<b>Total</b>	<b>48.611</b>	<b>9.623</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.326</b>	<b>9.459</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>38.285</b>	<b>164</b>

## 9. DIVIDENDOS A RECEBER

Em março de 2018, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R\$ 11.547 (R\$ 5.456 em de dezembro de 2017).

## 10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/03/2018	31/12/2017
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	29.697	29.327
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	26.632	26.245
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações) (iii)	2.180	2.015
<b>Total</b>	<b>58.509</b>	<b>57.587</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.180</b>	<b>2.015</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>56.329</b>	<b>55.572</b>

(i) A Telebras realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 20).

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B (Nota Explicativa 22).

(iii) Representa investimentos em Títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia (FINAM) e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e são avaliados pelo valor justo com o reconhecimento da variação do valor justo no patrimônio líquido.



## 11. INVESTIMENTOS

### 11.1. Informações das investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e em coligadas, conforme segue:

**VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A.** (“VISIONA” ou Coligada), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como, o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em dezembro de 2016, a coligada aumentou seu capital social em R\$ 55.000, com a emissão de 55.000.000 de novas ações ordinárias, mediante a capitalização de reserva de investimento para capital de giro. Desta forma, o capital social da coligada passou a totalizar um montante de R\$ 65.000 (R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2016), neste aumento de capital social coube à Telebras a parcela correspondente à sua participação societária de 49% do capital social, ou seja, R\$ 26.950 com emissão de 26.950.000 ações a seu favor.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRAS para fornecer o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

**CABOS BRASIL EUROPA S.A.** (“CABOS BRASIL” ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, constituída em 13 de julho de 2015, por prazo indeterminado, com Capital Social Subscrito de R\$ 3.500, dividido em 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo a Telebras detentora de 35% do capital total, sendo que o 65% restantes pertencem à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

No ano de 2017, a coligada realizou aumento de capital social no montante de R\$ 1.280, com a emissão de 1.280.000 novas ações. Assim, o capital social passou de R\$ 10.260 para R\$ 11.540. Do total capitalizado, coube à Telebras a subscrição e integralização de R\$ 448 (448.000 ações), cujo valor foi repassado à coligada no primeiro semestre de 2017 e corresponde ao percentual de participação no capital social da coligada de 35%.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

No primeiro trimestre de 2018, a Telebras realizou aporte para futuro aumento de capital no valor de R\$ 784 a ser capitalizado no decorrer do exercício de 2018.

Após o aumento de capital, a coligada passou a ter a seguinte composição acionária:

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	Eulalink S.L.U	Telebras	Eulalink S.L.U	Telebras
Ações Ordinárias	7.501.000	4.039.000	7.501	4.039

**ELLALINK SPAIN S.A.** (“ELLALINK SPAIN” ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Bilbao, Espanha, constituída em 10 de maio de 2017, por prazo indeterminado, sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com Capital Social Subscrito de R\$ 198 (€ 60), dividido em 60.000 (sessenta mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de € 1 (um euro) cada, sendo a Telebras detentora de 35% do capital total, sendo que o 65% restantes pertencem à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

### 11.2. Composição dos investimentos

	31/03/2018	31/12/2017
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	67.922	69.193

### 11.3. Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil	
						31/03/2018	31/12/2017
Visiona Tecnologia Espacial S.A	65.000	137.683	49,00	49,00	31.850.000	67.465	68.715
Cabos Brasil Europa S.A (i)	11.540	(186)	35,00	35,00	1.225.000	-	189
EllaLink Spain S.A	125	1.307	35,00	35,00	77.000	457	289
<b>Total</b>						<b>67.922</b>	<b>69.193</b>

(i) Em março de 2017, a coligada Cabos Brasil passou a apresentar passivo a descoberto. Devido a esta situação, a Companhia reconheceu o resultado de equivalência patrimonial até o limite do saldo do investimento detido nesta coligada, uma vez, que a Telebras não incorreu em obrigações legais ou não formalizadas e nem realizou pagamentos em nome da coligada conforme item 39 do CPC 18(R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que diz: “Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o investidor deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.”

**11.4. Informações econômicas e financeiras resumidas**

Investidas	31/03/2018			31/12/2017		Receita Líquida
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	171.829	34.146	811	176.261	36.026	5.258
Cabos Brasil Europa S.A	1.908	2.094	-	688	148	-
EllaLink Spain S.A	1.956	649	-	1.650	823	-

**11.5. Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

	31/03/2018		31/03/2017	
	Prejuízo do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Prejuízo do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
Visiona Tecnologia Espacial S.A	(2.120)	(1.039)	(504)	(247)
Cabos Brasil Europa S.A	(726)	(189)	(962)	(352)
EllaLink Spain S.A	(33)	(12)	-	-
<b>Total</b>		<b>(1.239)</b>		<b>(599)</b>

**11.6. Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

Investidas	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Cabos Brasil Europa S.A	EllaLink Spain S.A	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>68.715</b>	<b>189</b>	<b>289</b>	<b>69.193</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	(1.039)	(189)	(11)	(1.239)
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-	15	15
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(211)	-	-	(211)
Aumento de Capital Social	-	-	164	164
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>67.465</b>	<b>-</b>	<b>457</b>	<b>67.922</b>

**11.7. Informações contábeis das controladas e coligadas****11.7.1. Visiona Tecnologia Espacial S.A**

Balço Patrimonial	31/03/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>78.594</b>	<b>24.633</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>93.235</b>	<b>151.628</b>
Realizável a Longo Prazo	17.187	16.203
Investimento	72.444	131.619
Imobilizado	3.284	3.410
Intangível	320	396
<b>Total</b>	<b>171.829</b>	<b>176.261</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	34.029	35.910
Não Circulante	117	116
Patrimônio Líquido	137.683	140.235
<b>Total</b>	<b>171.829</b>	<b>176.261</b>

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>811</b>	<b>5.258</b>
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(1.133)	(5.582)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>(322)</b>	<b>(324)</b>
Receitas/(Despesas) Operacionais	(2.897)	(5.516)
Equivalência Patrimonial	(181)	2.988
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(3.400)</b>	<b>(2.852)</b>
Resultado Financeiro	298	722
<b>Resultado antes dos Tributos</b>	<b>(3.102)</b>	<b>(2.130)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	982	1.626
<b>Prejuízo do Período</b>	<b>(2.120)</b>	<b>(504)</b>

**11.7.2. Cabos Brasil Europa S.A**

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>395</b>	<b>635</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.513</b>	<b>53</b>
Investimento	1.462	-
Imobilizado	51	53
<b>Total</b>	<b>1.908</b>	<b>688</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	2.094	148
Patrimônio Líquido	(186)	540
<b>Total</b>	<b>1.908</b>	<b>688</b>

<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
Receitas/(Despesas) Operacionais	(710)	(981)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(710)</b>	<b>(981)</b>
Resultado Financeiro	(16)	19
<b>Resultado antes dos Tributos</b>	<b>(726)</b>	<b>(962)</b>
<b>Prejuízo do Período</b>	<b>(726)</b>	<b>(962)</b>

**11.7.3. EllaLink Spain S.A**

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.940</b>	<b>1.634</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>16</b>	<b>16</b>
Realizável a Longo Prazo	16	16
<b>Total</b>	<b>1.956</b>	<b>1.650</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	649	823
Patrimônio Líquido	1.307	827
<b>Total</b>	<b>1.956</b>	<b>1.650</b>

<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>31/03/2018</b>
Receitas/(Despesas) Operacionais	(34)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(34)</b>
Resultado Financeiro	3
<b>Resultado antes dos Tributos</b>	<b>(31)</b>
<b>Prejuízo do Período</b>	<b>(31)</b>



## 12. IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que valor contábil dos bens estiverem superiores aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 31 de março de 2018 era de R\$ 2.732.050 (R\$ 2.683.307 em 31 de dezembro de 2016).

No primeiro trimestre de 2018, a Companhia capitalizou juros sobre ativos qualificáveis no montante de R\$ 19.135 (R\$ 50.157 em 31 de março de 2017), líquido dos rendimentos de aplicações financeiras dos recursos vinculados a estes ativos no montante de R\$ 3.124 (R\$ 8.890 em 31 de março de 2017).

### 12.1. Movimentação do imobilizado no exercício

	Imobilizado								Total
	Bens e Instalações em Serviço							Imobilizado em Andamento	
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equip. de Data Center	Equipamentos de Tecnologia de Informação	Equipamentos de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos		
<b>Custo de Aquisição</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2017	66.365	4.344	88.523	3.118	11.982	323.673	1.850	2.415.679	2.915.534
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	44.996	44.996
Transferências Internas no Imobilizado	3	29	-	-	-	-	-	(32)	-
Transferências para o Intangível	-	-	-	-	-	-	-	64	64
Capitalização de Encargos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	19.136	19.136
Baixas	-	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Saldo em 31 de março de 2018	66.368	4.373	88.523	3.118	11.982	323.660	1.850	2.479.843	2.979.717
<b>Depreciação Acumulada</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(41.804)	(2.458)	(27.396)	(520)	(7.261)	(151.042)	(1.746)	-	(232.227)
Depreciação e Amortização	(3.029)	(109)	(1.898)	(156)	(414)	(9.804)	(40)	-	(15.450)
Baixas	-	-	-	-	-	10	-	-	10
Saldo em 31 de março de 2018	(44.833)	(2.567)	(29.294)	(676)	(7.675)	(160.836)	(1.786)	-	(247.667)
Valor Contábil em 31 de março de 2018	21.535	1.806	59.229	2.442	4.307	162.824	64	2.479.843	2.732.050
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2017	24.561	1.886	61.127	2.598	4.721	172.631	104	2.415.679	2.683.307
Taxa Anual de Depreciação	16,6%	10,0%	De 5,0% a 20,0%	20,0%	20,0%	De 10,0% a 20,0%	20,0%		

Em 31 de março de 2018, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos. A Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados como em garantias, penhora ou aval em defesa de processos judiciais.

## 13. INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, deduzidas das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de março de 2018 era de R\$ 18.808 (R\$ 19.371 em 31 de dezembro de 2017), conforme quadro abaixo.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Intangível			
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	Total
<b>Custo de Aquisição</b>				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>21.114</b>	<b>3.946</b>	<b>6.878</b>	<b>31.938</b>
Aquisições	298	-	-	298
Transferências	(64)	-	-	(64)
Baixa	(234)	-	-	(234)
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>21.114</b>	<b>3.946</b>	<b>6.878</b>	<b>31.938</b>
<b>Amortização Acumulada</b>				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(12.567)</b>	-	-	<b>(12.567)</b>
Amortização	(563)	-	-	(563)
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>(13.130)</b>	-	-	<b>(13.130)</b>
<b>Valor Contábil em 31 de março de 2018</b>	<b>7.984</b>	<b>3.946</b>	<b>6.878</b>	<b>18.808</b>
<b>Valor Contábil em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>8.547</b>	<b>3.946</b>	<b>6.878</b>	<b>19.371</b>
<b>Taxa de Amortização</b>	<b>20,0%</b>			

Em 31 de março de 2018, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos.

Na rubrica “Direitos sobre Autorizações” está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária.

#### 14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesta rubrica, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 24).

	31/03/2018	31/12/2017
Encargos Sociais a Pagar	12.205	10.551
Benefícios Sociais a Pagar	83	10
Mão-de-Obra Temporária	1	1
<b>Total</b>	<b>12.289</b>	<b>10.562</b>
<b>Circulante</b>	<b>12.289</b>	<b>10.562</b>

#### 15. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, quando da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), a Companhia mantém provisão para quitação das obrigações do Programa, no montante de R\$ 48.601 em 31 de março de 2018 (R\$ 48.254 em 31 de dezembro de 2017).



A movimentação do PISP no trimestre findo em 31 de março de 2018 está apresentada no quadro a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>47.786</b>
Atualização de Provisão	3.037
Reversão de Provisão	(2.452)
Baixas por Pagamento no Período	(269)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>48.254</b>
Atualização de Provisão	347
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>48.601</b>

## 16. GRUPAMENTO DE AÇÕES (Leilão de frações)

O saldo de R\$ 13.139 é composto pelos seguintes valores:

R\$ 13.097 referente ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 3 de dezembro de 2010, e que aguarda a manifestação dos acionistas que detêm o direito de receber tais valores para que o pagamento seja realizado (conforme aviso aos acionistas - item “d” divulgado em 3 de dezembro de 2010).

R\$ 42 arrecadado no primeiro trimestre de 2018, devido à realização do leilão das sobras (frações) de ações referente ao grupamento as ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 2 de março de 2016. O valor arrecadado será creditado aos acionistas detentores dos direitos sobre estas sobras.

## 17. FORNECEDORES

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Fornecedores de Operação	81.197	69.285
Fornecedores de Expansão	43.965	53.356
<b>Total</b>	<b>125.162</b>	<b>122.641</b>
<b>Circulante</b>	<b>125.162</b>	<b>122.641</b>

## 18. TRIBUTOS INDIRETOS

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
COFINS	351	343
PIS	77	72
FUST	(103)	58
FUNTTTEL	45	29
Taxas Federais	1.903	1.903
Outros Tributos Federais	434	434
<b>Tributos Federais</b>	<b>2.707</b>	<b>2.839</b>
ICMS	13.092	11.571
<b>Tributos Estaduais</b>	<b>13.092</b>	<b>11.571</b>
ISS	34	32
<b>Tributos Municipais</b>	<b>34</b>	<b>32</b>
<b>Total</b>	<b>15.833</b>	<b>14.442</b>
<b>Circulante</b>	<b>15.399</b>	<b>14.008</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>434</b>	<b>434</b>

**19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, e outros assuntos. Desta forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

**19.1. Provisão para riscos prováveis****19.1.1. Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais**

Natureza	31/03/2018			31/12/2017		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Cível	38.988	9.734	29.254	37.762	3.698	34.064
Trabalhista	10.240	1.790	8.450	10.015	2.537	7.478
Tributária	1.015	39	976	1.010	38	972
<b>Total</b>	<b>50.243</b>	<b>11.563</b>	<b>38.680</b>	<b>48.787</b>	<b>6.273</b>	<b>42.514</b>
<b>Circulante</b>	<b>20.316</b>	<b>10.012</b>	<b>10.304</b>	<b>19.735</b>	<b>4.081</b>	<b>15.654</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>29.927</b>	<b>1.550</b>	<b>28.377</b>	<b>29.052</b>	<b>2.192</b>	<b>26.860</b>

**19.1.2. Natureza das ações judiciais**

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações	31/03/2018			31/12/2017
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
<b>Cíveis</b>				
Illegalidade na Venda de Ações (fraude)	3.911	2.630	1.281	1.195
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	17.136	-	17.136	16.623
Diferença de Ações - Conversão de Debêntures	326	119	207	160
Outros Processos	17.615	6.985	10.630	16.086
<b>Total</b>	<b>38.988</b>	<b>9.734</b>	<b>29.254</b>	<b>34.064</b>
<b>Trabalhistas</b>				
Ganhos de Produtividade	2.606	28	2.578	2.522
Readmissão de Pessoal	2.216	1.083	1.133	338
Expurgos Inflacionários Multa de 40% - FGTS	198	-	198	194
Responsabilidade Subsidiária	1.467	329	1.138	1.111
Outros Processos	3.753	350	3.403	3.313
<b>Total</b>	<b>10.240</b>	<b>1.790</b>	<b>8.450</b>	<b>7.478</b>
<b>Tributárias</b>				
Cobrança de Tributos - Receita Federal (SRF)	1.015	38	977	972
<b>Total</b>	<b>1.015</b>	<b>38</b>	<b>977</b>	<b>972</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>50.243</b>	<b>11.562</b>	<b>38.681</b>	<b>42.514</b>
<b>Circulante</b>	<b>20.316</b>	<b>10.012</b>	<b>10.304</b>	<b>15.654</b>

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Natureza/Objeto das Ações	31/03/2018			31/12/2017
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
<b>Não Circulante</b>	<b>29.927</b>	<b>1.550</b>	<b>28.377</b>	<b>26.860</b>

**19.1.3. Movimentação das provisões para riscos prováveis**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>48.787</b>
Adições Líquidas	40
Atualizações – Encargos Financeiros	1.416
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>50.243</b>
<b>Circulante</b>	<b>20.316</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>29.927</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

**19.2. Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)**

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de março de 2018, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

<b>Natureza</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Cível	39.464	38.359
Trabalhista	7.042	7.023
Tributária	25.501	25.415
<b>Total</b>	<b>72.007</b>	<b>70.797</b>

**19.2.1. Natureza das ações judiciais**

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Natureza/Objeto das Ações:</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Cíveis</b>		
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	8.831	8.570
Illegalidade na Venda de Ações	3.742	3.682
Execução Fiscal	21.465	20.890
Outros Processos	5.426	5.217
<b>Total</b>	<b>39.464</b>	<b>38.359</b>
<b>Trabalhistas</b>		
Responsabilidade Subsidiária	574	560
Progressão Salarial	762	746
Outros Processos	5.705	5.717
<b>Total</b>	<b>7.041</b>	<b>7.023</b>
<b>Tributárias</b>		
Isenção de Imposto de Importação e IPI	24.359	24.279
Cobrança de Tributos Receita Federal (SRF)	29	28
Diversas Origens	1.111	1.108
<b>Total</b>	<b>25.499</b>	<b>25.415</b>
<b>Total Geral</b>	<b>72.004</b>	<b>70.797</b>

## 20. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

A Companhia tem passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação destas dívidas. Em 31 de março de 2018, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	135.549	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	137.106	134.477
Acordo Judicial FUNCEF	59.793	61.072
<b>Total</b>	<b>332.448</b>	<b>331.098</b>
<b>Circulante</b>	<b>17.180</b>	<b>14.851</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>315.268</b>	<b>316.247</b>

### 20.1. Movimentação do período

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>336.404</b>
Juros e Variação Monetária	15.620
Pagamento de Principal	(5.746)
Pagamento de Juros	(15.180)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>331.098</b>
Juros e Variação Monetária	3.793
Pagamento de Juros	(2.443)
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>332.448</b>



## 20.2. Cronograma de pagamento

	PREVI	FUNCEF	Total
2018	13.297	3.883	17.180
2019	10.547	6.152	16.699
2020	10.547	4.102	14.649
2021	10.547	4.102	14.649
2022	10.547	4.102	14.649
2023 em diante	81.621	37.452	119.073
<b>Total</b>	<b>137.106</b>	<b>59.793</b>	<b>196.899</b>

O cronograma de pagamento não inclui o acordo com a VTUM Produções e Empreendimento Ltda em função do saldo de R\$ 135.549 estar suportado pela cessão de créditos tributários (Nota Explicativa 6).

## 20.3. Descrição resumida dos termos acordados

### 20.3.1. VT UM Produções e Empreendimentos Ltda.

Em 14/04/1994, a VT UM Produções e Empreendimentos Ltda (“VT UM”) celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel, com a interveniência da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, tendo por objeto a prestação de serviços denominados “TV Interativa”, “Globo Economia” e “Globofax”.

Divergências comerciais e financeiras, contudo, fizeram com que a Embratel decidisse pela rescisão unilateral do contrato, o que levou a VT UM a ajuizar, em 19 de maio de 1998, ação de indenização em desfavor da Embratel e da Telebras, objetivando o ressarcimento de prejuízos e a indenização dos chamados lucros cessantes.

Após diversas decisões desfavoráveis, inclusive, e em especial por decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que recursos interpostos pela Telebras foram improvidos, encerrando a discussão de matéria de direito, a Telebras se viu compelida, por força de Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, expedido em 30 de maio de 2006, pela Juíza de Direito Substituta da Décima Primeira Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, a pagar à VT UM, em 24 horas, a importância de R\$ 506.206, equivalente a 50% do valor arbitrado na sentença transitada em julgado.

Assim, a TELEBRÁS, não possuindo recursos suficientes para quitar a execução, e nem bens para oferecer à penhora, buscou, dentro da realidade processual e da legalidade, um acordo em cumprimento da decisão judicial.

Após as negociações, a empresa firmou Termo de Transação e Outras Avenças com a VT UM, para quitação do débito que englobava o valor da indenização e honorários advocatícios de sucumbência, nas seguintes condições (fato relevante publicado em 14 de junho de 2006 na Gazeta Mercantil):

(i) Pagamento em moeda corrente no valor de R\$ 95.500 que foi liquidado por meio de uma entrada de R\$ 59.500 e 40 notas promissórias no valor de R\$ 900, devidamente atualizadas pela Selic entre a data de emissão e a data do efetivo desembolso financeiro pela Telebras. Todas as



notas promissórias foram tempestivamente quitadas entre 30 de junho de 2006 e 30 de outubro de 2009 e possui termo de quitação fornecido pela VT UM.

**(ii)** Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios relativo a uma ação judicial movida pela TELEBRÁS contra a Telecomunicações de São Paulo S.A. (ajuizada em 30 de setembro de 2005 e em curso na 31ª Vara Cível de São Paulo), requerendo o pagamento do valor aproximado de R\$ 50.543, relativo à cobrança de taxa de aval. Este processo encontra-se suspenso por força da decisão nº 202/2011-A de 8 de abril de 2011, proferida na ACP nº 0021032-95.2011.4.01.3400 em trâmite perante a 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da ação civil pública.

**(iii)** Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios de natureza tributária relativos a saldos de processos de pedidos de restituição/compensação e outros processos administrativos, dos quais 93% ainda não haviam sido homologados, conforme consignados nas Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, no valor aproximado de R\$ 107.900.

Em 31 de março de 2018, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação estava reconhecido no balanço patrimonial da Telebras no montante de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2017). Estes direitos somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08 de abril de 2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

### **20.3.2. Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI**

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R\$ 141.416, com carência de 24 meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais e seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras a efetuar a distribuição dos dividendos como base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.



### **20.3.3. Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF**

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRAS finalizou acordo e protocolou perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF, petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a TELEBRAS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRAS a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos a Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação era de R\$ 72.688 atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 de principal e R\$ 6.608 de honorários sucumbenciais, que foi pago em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previa entrada de 10% em 90 dias após o protocolo da petição e o saldo remanescente, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros, será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas. A dívida é atualizada pela variação do INPC mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê que em caso de atraso das parcelas semestrais incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, incorridos no período, e de multa de 2% sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescido de 10% previsto no art. 523, do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

## **21. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS - AFAC**

O saldo de R\$ 1.421.138 em 31 de março de 2018 (R\$ 1.329.601 em 31 de dezembro de 2017), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da Telebras em favor da União, conforme sua orientação.

Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº. 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.331.522, que representa o valor autorizado pelo decreto presidencial s/n de 19 de outubro de 2016 e está atualizado até 31 de julho de 2017. Em 26 e setembro de 2017 este valor foi transferido para o patrimônio líquido por atender os critérios de reconhecimento como um instrumento patrimonial.

O quadro a seguir apresenta a composição do saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC em 31 de março de 2018 e a sua respectiva destinação.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Eventos	Satélite - Projeto SGDC	Prog. Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	AFAC antes da Reativação da Telebras S.A	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.817.877</b>	<b>238.663</b>	<b>155.586</b>	<b>5.623</b>	<b>15.903</b>	<b>2.233.652</b>
AFACs Recebidos	158.585	60.394	-	-	-	218.979
Atualização Monetária	174.246	20.057	12.400	558	1.230	208.491
Transferência para o Patrimônio Líquido - Principal	(628.345)	(116.420)	(101.962)	-	(7.757)	(854.484)
Transferência para o Patrimônio Líquido - Atualização Monetária	(266.208)	(137.657)	(63.796)	-	(9.376)	(477.037)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.256.155</b>	<b>65.037</b>	<b>2.228</b>	<b>6.181</b>	<b>-</b>	<b>1.329.601</b>
AFACs Recebidos	51.000	19.000	-	-	-	<b>70.000</b>
Atualização Monetária	20.219	1.183	35	100	-	<b>21.537</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>1.327.374</b>	<b>85.220</b>	<b>2.263</b>	<b>6.281</b>	<b>-</b>	<b>1.421.138</b>

**22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Principal	240.380	240.380
Atualização Monetária	10.459	10.459
Juros	639	639
<b>Total</b>	<b>251.478</b>	<b>251.478</b>
<b>Circulante</b>	<b>30.150</b>	<b>39.003</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>221.328</b>	<b>212.475</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no trimestre findo em 31 de março de 2018 é apresentada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>249.514</b>
Atualização Monetária	1.960
Juros Incorridos no Período	7.515
Juros Pagos	(7.511)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>251.478</b>
Juros Incorridos no Período	1.856
Juros Pagos	(1.856)
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>251.478</b>

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2018 é apresentado a seguir:

2018	30.150
2019	33.936
2020	33.936
2021	33.936
2022	33.936
2023 em diante	85.584
<b>Total</b>	<b>251.478</b>

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).



A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Em dezembro de 2017, a Telebras iniciou conversação com a FINEP no sentido de postergar o início da amortização do valor principal contratado. Como consequência, as partes acordaram suspender a amortização das parcelas do principal por 6 (seis) meses, sem a interrupção do pagamento dos juros compensatórios.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente centralizadora mantida junto ao Interveniante Arrecadador, Banco do Brasil S.A., ainda mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houver: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantidas estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Financiada das obrigações assumidas.

### 23. RECEITA RECEBIDA ANTECIPADAMENTE

Em 31 de março de 2017, a Companhia tinha registrado o montante de R\$ 607.209 (R\$ 607.209 em 31 de dezembro de 2017), que foram repassados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC), e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações como antecipação por garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC para prestação de serviço no âmbito do Programa GESAC (Nota Explicativa 1.3). A composição das antecipações por cliente é apresentada no quadro a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Ministério de Defesa	547.209	547.209
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	60.000	60.000
<b>Total</b>	<b>607.209</b>	<b>607.209</b>

**24. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	31/03/2018	31/12/2017
Retenções Passivas Tributárias	11.508	9.311
Retenções Passivas não Tributárias	78	14
Outras Obrigações	229	229
<b>Total</b>	<b>11.815</b>	<b>9.554</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.815</b>	<b>9.554</b>

**25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****25.1. Capital social**

Em 11 de janeiro de 2018, a 103ª Assembleia Geral Extraordinária homologou o aumento de capital da Telebras de R\$ 263.145 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e quarenta e cinco mil, onze reais e oitenta e dois centavos) para R\$ 1.594.667 (um bilhão, quinhentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais). O aumento representou a emissão de 37.761.220 novas ações, sendo 29.528.808 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e oito) ações ordinárias (ON) e 8.232.412 (oito milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e doze) ações preferenciais (PN), todas sem valor nominal.

**25.1.1. Composição acionária**

A composição acionária em 31 de março de 2018 está apresentada no quadro a seguir:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal (i)	35.130.466	89,45%	União Federal	8.171.173	79,08%	União Federal	43.301.639	87,29%
FINEP	3.231.600	8,23%	FINEP		0,00%	FINEP	3.231.600	6,51%
Outros	910.713	2,32%	Outros	2.161.538	20,92%	Outros	3.072.251	6,19%
<b>Total</b>	<b>39.272.779</b>	<b>100,00%</b>	<b>Total</b>	<b>10.332.711</b>	<b>100,00%</b>	<b>Total</b>	<b>49.605.490</b>	<b>100,00%</b>

(i) inclui 193 ações em tesouraria.

**25.1.2. Valor Patrimonial da ação**

	31/03/2018	31/12/2017
<b>Capital total em ações</b>		
Ordinárias	39.272.779	39.272.779
Preferenciais	10.332.711	10.332.711
<b>Total (A)</b>	<b>49.605.490</b>	<b>49.605.490</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ordinárias	193	193
<b>Total (B)</b>	<b>193</b>	<b>193</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ordinárias	39.272.586	39.272.586
Preferenciais	10.332.711	10.332.711
<b>Total (A-B)</b>	<b>49.605.297</b>	<b>49.605.297</b>
<b>Patrimônio Líquido (R\$ mil)</b>	<b>527.121</b>	<b>589.821</b>
<b>Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)</b>	<b>10,6263</b>	<b>11,8903</b>



## **25.2. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 88 §1º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

## **25.3. Ajuste de avaliação patrimonial**

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros disponíveis para venda, que são representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registradas nas coligadas Visiona e Cabos Brasil e variação cambial sobre o investimento no exterior na empresa EllaLink Spain S.A em que a Telebras tem uma participação societária de 35%.



As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior			Total
		Visiona	Cabos Brasil	EllaLink Spain	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(139)</b>	<b>8.645</b>	<b>170</b>	<b>26</b>	<b>8.702</b>
Ganhos/(Perdas) com Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	165				165
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior Reflexa		(211)			(211)
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior				15	15
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>26</b>	<b>8.434</b>	<b>170</b>	<b>41</b>	<b>8.671</b>

#### 25.4. Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria (193 ações ordinárias) corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da Telebras, ocorrida em 22 de maio de 1998.

#### 25.5. Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

##### Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

##### Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A Companhia está rerepresentando o valor do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído do primeiro trimestre de 2017, conforme a nova posição acionária após a emissão e integralização de novas ações para fins de comparabilidade.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	31/03/2018	31/03/2017	
		Divulgado	Reapresentado
<b>Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>(62.669)</b>	<b>(62.175)</b>	<b>62.175</b>
<b>Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação</b>			
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(49.616)	(51.150)	(49.225)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(13.053)	(11.025)	(12.950)
<b>Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações)</b>			
Ações ordinárias – básicas e diluídas (i)	39.272	9.744	39.272
Ações preferenciais – básicas e diluídas (i)	10.332	2.100	10.332

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31/03/2018	31/03/2017	
		Divulgado	Reapresentado
<b>Prejuízo por ação (Em Reais):</b>			
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,2633)	(5,2499)	(1,2534)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,2633)	(5,2499)	(1,2534)

**26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	31/03/2018	31/03/2017
Serviço de Comunicação e Multimídia	40.594	21.932
Alugueis e Locações (i)	1.775	1.772
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>42.369</b>	<b>23.704</b>
Tributos sobre Receita	(11.431)	(7.078)
Descontos Concedidos	(380)	(256)
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(11.811)</b>	<b>(7.334)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>30.558</b>	<b>16.370</b>

i) A receita de alugueis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal) que contribuíram com mais de 10% da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita líquida integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

**27. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA**

	31/03/2018	31/03/2017
Aluguel/Arrendamento/Seguros (i)	(32.853)	(20.112)
Pessoal	(17.782)	(15.213)
Serviços de Terceiros	(17.468)	(14.218)
Depreciação e Amortização	(16.003)	(14.666)
Perdas Estimadas com Contas a Receber	(1.186)	(110)
Tributos	(873)	(358)
Material	(712)	(44)
Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP (ii)	(347)	2.445
<b>Total</b>	<b>(87.224)</b>	<b>(62.276)</b>
<b>Classificado como:</b>		
Custo dos Serviços Prestados	(62.762)	(47.914)
Comercialização dos Serviços	(7.445)	(4.198)
Despesas Gerais e Administrativas	(17.017)	(10.164)

(i) Alugueis/Arrendamento/Seguros: O acréscimo é justificado pela contratação de meios de conexão e transmissão (EILD) para atendimento demanda de serviços principalmente dos contratos da DATAPREV e Ministério do Trabalho. No primeiro trimestre de 2018 estes custos totalizaram R\$ 20.406 (R\$ 3.493).

(ii) Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP: A variação é explicada pela revisão das bases de constituição da provisão realizada no primeiro trimestre de 2017, e que resultou em uma reversão de provisão no valor de R\$ 2.229.



## 28. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/03/2018	31/03/2017
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		
Ganho sobre Passivo	25	-
Recuperação de Depósitos Judiciais	-	581
Reversão de Provisão sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-	12
Multas sobre Contas a Receber	18	20
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>613</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		
Multas sobre Tributos	(495)	(3)
Multas sobre Passivos	(204)	(89)
Pessoal	(3)	(71)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(40)	-
Patrocínios	-	(114)
Outras Despesas Operacionais	(93)	(11)
<b>Total</b>	<b>(835)</b>	<b>(288)</b>
<b>Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquida</b>	<b>(792)</b>	<b>325</b>

## 29. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2018	31/03/2017
<b>Receitas Financeiras</b>		
Juros/Variação Monetária sobre Tributos (ii)	1.322	-
Juros sobre Depósitos Judiciais	583	579
Rendimentos de Aplicações Financeiras - Garantias	436	808
Juros sobre Disponibilidades - Aplicações Financeiras (iii)	144	1.848
Juros sobre Contas a Receber	118	216
Tributos sobre Receitas Financeiras	(108)	(480)
<b>Subtotal</b>	<b>2.495</b>	<b>2.971</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais (i)	(3.793)	(4.859)
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.141)	(932)
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções (i)	(1.135)	(12.907)
Variação Monetária sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(275)	(249)
Juros sobre Tributos	(123)	(8)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	-	(11)
<b>Subtotal</b>	<b>(6.467)</b>	<b>(18.966)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(3.972)</b>	<b>(15.995)</b>

(i) A redução é explicada pela diminuição dos indexadores das obrigações: INPC para os acordos judiciais; e SELIC para os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC realizados pela União e também pela redução do saldo de AFAC em função da capitalização de R\$ 1.331.522.

(ii) O valor de R\$ 1.322 representa o valor da atualização monetária dos tributos federais a compensar/recuperar.

(iii) No primeiro trimestre de 2018, os rendimentos das aplicações financeiras totalizaram R\$ 3.268 (R\$ 10.738 no primeiro trimestre de 2017). Deste montante, R\$ 3.124 (R\$ 8.890 no primeiro trimestre de 2017) foi registrado em contrapartida do Ativo Imobilizado, pois os recursos que deram origem a estes rendimentos estão vinculados a construção de ativos (ativo qualificável), principalmente, o projeto SGDC. Atualmente encontram-se em construção a parte terrestre do projeto.



## **30. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

### **30.1. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)**

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS-A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

#### **30.1.1. Plano PBS - A**

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

Em 31 de março de 2018, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes.





	PBS-A	
	31/03/2018	31/12/2017
Provisões Matemáticas e Fundos	9.185.012	9.178.164
Outros Exigíveis	656.413	682.525
<b>Total das provisões/fundos e outros exigíveis</b>	<b>9.841.425</b>	<b>9.860.689</b>
<b>(-) Total dos Ativos do Plano</b>	<b>11.864.088</b>	<b>11.807.330</b>
<b>(=) Superávit Acumulado</b>	<b>2.022.663</b>	<b>1.946.641</b>

### 30.1.2. Plano PBS - TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- i. Contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- ii. Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- iii. Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- iv. Contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;
- v. Joia de participantes ativos, determinada atuarialmente;



- vi. Dotação da patrocinadora; e
- vii. Receitas de aplicação do patrimônio.

A situação do plano em 31 de março de 2018 é apresentada a seguir:

	PBS - TELEBRAS	
	31/03/2018	31/12/2017
Provisões Matemáticas e Fundos	383.314	378.560
Outros Exigíveis	11.775	12.002
<b>Total das provisões/fundos e outros exigíveis</b>	<b>395.089</b>	<b>390.562</b>
<b>(-) Total dos Ativos do Plano</b>	<b>450.974</b>	<b>443.129</b>
<b>(=) Superávit Acumulado</b>	<b>55.885</b>	<b>52.567</b>

### 30.1.3. Plano de assistência médica ao aposentado - PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

A situação do plano em 31 de março de 2018 é apresentada a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Provisões Matemáticas e Fundos	3.695.038	3.665.050
Outros Exigíveis	73.013	73.372
<b>Total das provisões/fundos e outros exigíveis</b>	<b>3.768.051</b>	<b>3.738.422</b>
<b>(-) Total dos Ativos do Plano</b>	<b>3.813.061</b>	<b>3.772.311</b>
<b>(=) Superávit Acumulado</b>	<b>45.010</b>	<b>33.889</b>

### 30.1.4. Plano TELEBRASPREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebras, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de benefícios de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.

Os benefícios de risco se referem a:

- i. Auxílio-doença
- ii. Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão
- iii. Pensão por morte de participante

Os benefícios programados se referem a:



- iv. Aposentadoria ordinária, reversível em pensão
- v. Aposentadoria antecipada, reversível em pensão

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebrás PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- i. Contribuições de Participante;
  - a) Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2%SP + 3% (SP-PP).
  - b) Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses.
  - c) Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação.
  - d) Contribuições para os benefícios de risco; e
- ii. Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzido destes montantes os valores necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebrás PREV, para a cobertura desses benefícios.

A situação do plano em 31 de março de 2018 é apresentada a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Provisões Matemáticas e Fundos	696.974	684.423
Outros Exigíveis	12.111	12.006
<b>Total das Provisões/Fundos e Outros Exigíveis</b>	<b>709.085</b>	<b>696.429</b>
<b>(-) Total dos Ativos do Plano</b>	<b>857.240</b>	<b>837.775</b>
<b>(=) Superávit Acumulado</b>	<b>148.155</b>	<b>141.346</b>

### 30.1.5. Contribuições do patrocinador

No primeiro trimestre de 2018 e 2017, a Companhia realizou as seguintes contribuições para os planos:

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	PBS TELEBRAS		TELEBRAS PREV	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>Contribuições:</b>				
Contribuição Empresa			563	445
Contribuição Assistencial	13	9		
Taxa Administrativa			58	48
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>621</b>	<b>493</b>

Os detalhes sobre os planos informados acima são os mesmos divulgados na nota 31 - Planos de Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício de 2016 arquivada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 10 de março de 2017.

### 31. PARTES RELACIONADAS

#### 31.1. Controlador final

A Companhia é controlada pela União Federal.

#### 31.2. Pessoal chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	31/03/2018	31/03/2017 Reapresentado
Remunerações	488	711
Benefícios de Curto Prazo	127	202
<b>Total</b>	<b>615</b>	<b>913</b>

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatutários, mas não concede aos conselheiros.

#### 31.3. Transações com partes relacionadas

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>Balanco Patrimonial</b>							
<b>Valores a Receber</b>							
a) Contas a Receber de Serviços							
Entidades Governamentais:		<b>50.273</b>	<b>36.371</b>				
	Ministérios	34.893	28.334				
	Demais Entidades (i)	15.380	8.037				
b) Cauções	MCTIC	6.876	6.624				
c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Cabos Brasil	784	-				
	EllaLink Spain	-	164				
d) Dividendos a Receber	VISIONA	11.547	11.547				
<b>Imobilizado</b>							
e) Capitalização Encargos de AFC	União Federal	17.763	173.942				
f) Capitalização Encargos de Empréstimos	FINEP	1.711	9.475				
g) Adiantamento a Fornecedores	VISIONA	1.287.207	1.284.105				

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>Contas a Pagar</b>							
h) Empréstimos	FINEP			251.478	251.478		
i) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal			1.421.138	1.329.601		
<b>Demonstração de Resultado</b>							
j) Receitas de Serviços - SCM							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios					3.087	1.868
	Demais Entidades (i)					11.016	4.597
k) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	Ministérios					-	(22.437)
l) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					(1.135)	(12.907)

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, secretarias vinculadas a União Federal e outros.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) aos ministérios e entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado. Com a incorporação da Telebras Copa S.A o valor de R\$ 22.437 referente ao contrato nº 10/2013-MC celebrado entre a Telebras Copa S.A e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia, que se encontra pendente de recebimento e passou a integrar o patrimônio da Telebras quando da incorporação da Telebras Copa;

b) Trata-se de cauções realizadas em órgãos públicos para prestação de serviços conforme contratos. Dentre os valores caucionados encontra-se o montante de R\$ 5.604 retido quando do contrato nº 10/2013-MC celebrado entre a Telebras Copa S.A (incorporada pela Telebras) e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

c) Refere-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital nas coligadas Cabos Brasil, realizado no primeiro trimestre de 2018 no valor de R\$ 784 e EllaLink Spain, realizado em dezembro de 2017 no valor de € 42 (R\$ 164) e incorporado ao capital no primeiro trimestre de 2018;

d) Trata-se de dividendos a receber referente a participação societária na coligada VISIONA;

e) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados a construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Estes encargos têm como indexador a SELIC e é apresentado pelo seu valor bruto, ou seja, sem a dedução dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos aplicados. O valor corresponde apenas a capitalização do exercício em curso.

f) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, conforme item “h” apresentado abaixo. O valor dos encargos está apresentado pelo seu valor bruto, ou seja, sem a dedução dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos aplicados.



g) Refere-se a adiantamentos realizados à VISIONA por serviços prestados na construção do satélite – objeto do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas – SGDC. A baixa dos valores será realizada conforme cronograma de acordo com a conclusão das atividades estabelecidas em contratos;

h) Refere-se à captação de financiamento realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos contratuais serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Em dezembro de 2017, a Telebras iniciou conversação com a FINEP no sentido de postergar o início da amortização do valor principal contratado. Como consequência, as partes acordaram suspender a amortização das parcelas do principal por 6 (seis) meses, sem a interrupção do pagamento dos juros compensatórios.

i) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia. Estes recursos foram aplicados na expansão e melhorias no Plano Nacional de Banda Larga, Construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, Investimentos ligados à Copa de 2014 e outros;

j) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet) de entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e

k) Trata-se da constituição de Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa referente ao Contas a Receber que a Telebras reconheceu em função da incorporação da Telebras Copa S.A. e que tem como devedor o Ministério das Comunicações (atualmente MCTIC). O montante de R\$ 22.437 está ligado à glosa aplicada sobre o ao Contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia.

l) Refere-se a despesas financeiras sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.



### 32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/03/2018	31/03/2017
Encargos Financeiros Capitalizados	22.259	59.046
Rendimentos Financeiros Capitalizados	(3.123)	(8.890)

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Suspensão do acordo entre a Telebras e Viasat

Em 4 de abril de 2018, a Telebras comunicou ao mercado que foi citada e intimada sobre decisão liminar proferida nos autos do processo nº 1001079-05.2018.4.01.3200, que tramita perante a 1ª Vara Cível Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, ajuizada pelas empresas Via Direta Telecomunicações Via Satélite e Internet Ltda – EPP e Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda, suspendendo o contrato de parceria firmado entre a Telebras e Viasat.

A Telebras reafirma a regularidade e a legalidade do contrato firmado com a Viasat. A contestação ao inteiro teor da ação será apresentada no prazo legal.

Assim, a Telebras e a Viasat estudam as opções legais que permitam a continuidade do atendimento aos altos propósitos do SGDC, primeiro satélite geoestacionário brasileiro, e irão contestar a decisão judicial imediatamente.

Infelizmente, tal decisão já está trazendo prejuízos, principalmente no sentido de impedir o fornecimento do serviço de internet de alta velocidade e qualidade aos brasileiros que mais precisam: estudantes e médicos em zonas rurais do país isolados digitalmente, além de índios, quilombolas, assim como aqueles que nunca estiveram conectados à internet de forma significativa, e que seriam atendidos pelo programa governamental Internet para Todos.

A Telebras e a Viasat reafirmam que o acordo estratégico firmado preserva, em qualquer circunstância, a soberania nacional, e que o SGDC é e sempre será controlado exclusivamente pelo Estado Brasileiro.

Ficam prejudicados o desenvolvimento do Brasil, bem como as Empresas envolvidas. A Telebras e a Viasat permanecem comprometidas com seu propósito de levar banda larga a todo o Brasil reduzindo, assim, as desigualdades sociais.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

**Brasília DF, 8 de maio de 2018**

**JARBAS JOSÉ VALENTE**

Presidente

**ROBERTO PINTO MARTINS**

Diretoria Técnico-Operacional

**PAULO FERREIRA**

Diretoria Administrativo-Financeira e de  
Relações com Investidores

**ALEX SANDRO NUNES DE MAGALHAES**

Diretoria Comercial

**RÔMULO BARBOSA**

Diretoria de Governança

**MAURY CAETANO DE OLIVEIRA**

Contador CRC/DF 6.147